

PLURALIDADES EPISTÊMICAS:

uma crítica à noção dos jornalistas
como comunidade interpretativa



MATEUS YURI PASSOS

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – São Paulo – Brasil

ORCID: 0000-0003-0707-0135

DOI: 10.25200/BJR.v21n3.2025.1805

Recebido em: 15/01/2025

Desk review: 27/04/2025

Editor de desk review: Marcos Paulo da Silva

Revisado em: 23/12/2025

Revisado em: 20/01/2026

Aprovado em: 21/01/2026

How to cite this article: Passos, M. Y. (2025). EPISTEMIC PLURALITIES: a critique of the notion of journalists as an interpretative community. *Brazilian Journalism Research*, 21(3), e1805. DOI: 10.25200/BJR.v21n3.2025.1805

RESUMO – O artigo se dedica a uma leitura crítica do tratamento do jornalismo enquanto prática constituída por uma comunidade interpretativa única, conforme defendido por Barbie Zelizer e Nelson Traquina. A partir de uma indagação sobre as implicações do uso da concepção original de Stanley Fish em torno da noção de comunidades interpretativas em pesquisas no campo do jornalismo, o trabalho revisita os termos de sua proposição para em seguida identificar pistas para a distinção de múltiplas comunidades interpretativas no jornalismo, detendo-se sobre as distinções epistêmicas do jornalismo literário e sua própria diversidade de comunidades interpretativas. Conclui-se que a noção plural de comunidades interpretativas de jornalistas é útil na compreensão de práticas jornalísticas que apresentam divergências ou rupturas em relação a noções hegemônicas de jornalismo naturalizadas pela máscara da objetividade.

Palavras-chave: Teoria do Jornalismo. Comunidades interpretativas. Objetividade. Noticiabilidade. Abordagem jornalística.

1 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Brasil. E-mail: mateus.passos@gmail.com

EPISTEMIC PLURALITIES: a critique of the notion of journalists as an interpretative community

ABSTRACT – This paper focuses on a critical reading of the concept of journalism as a field constituted by a single interpretive community, as proposed by Barbie Zelizer and Nelson Traquina. By pondering the implications of using Stanley Fish's original notion of interpretive communities in Journalism Studies, the article revisits the terms of his proposition and then offers clues for identifying a multitude of interpretive communities in journalism. Then, we focus on the epistemic singularities of literary journalism and its own diversity of interpretive communities. We conclude that the notion of diversity in interpretive communities of journalists is useful for understanding journalism practices that are divergent or even disruptive in relation to hegemonic notions of journalism that are assumed to be natural under the perspective of objectivity.

Keywords: Theory of Journalism. Interpretive communities. Objectivity. Newsworthiness. Journalistic treatment.

PLURALIDADES EPISTÊMICAS: una crítica a la noción de periodistas como comunidad interpretativa

RESUMEN – El artículo está dedicado a una lectura crítica del tratamiento del periodismo como una práctica constituida por una comunidad interpretativa única, tal como lo defienden Barbie Zelizer y Nelson Traquina. A partir de una investigación sobre las implicaciones de utilizar la concepción original de Stanley Fish sobre las comunidades interpretativas en la investigación en el campo del periodismo, el artículo revisa los términos de su propuesta para luego identificar pistas para distinguir múltiples comunidades interpretativas en el periodismo, centrándose en las distinciones epistémicas del periodismo literario y su propia diversidad de comunidades interpretativas. Se concluye que la noción plural de comunidades interpretativas de periodistas es útil para comprender prácticas periodísticas que presentan divergencias o rupturas en relación a las nociones hegemónicas del periodismo naturalizadas por la máscara de la objetividad.

Palabras clave: Teoría del Periodismo. Comunidades interpretativas. Objetividad. Noticiabilidad. Enfoque periodístico.

1 Uma (única) tribo jornalística?

As discussões em torno da natureza do jornalismo e de seus modos de interpretar e representar os fenômenos daquilo a que convencionamos denominar realidade são não apenas um tópico frequente, mas um dos pontos centrais do campo de pesquisa sobre jornalismo: a partir delas estabelecemos parâmetros para análises comparadas e padrões de referência para aquilo que possa ser efetivamente considerado correto, desejável, positivo; ou, quando não corresponde a eles, equivocado, desviante, aberrante, mal executado, desonesto – na pior das hipóteses, não jornalístico.

Em um artigo economicamente intitulado “*Journalists as interpretive communities*”, Barbie Zelizer (1993) apresentou uma das peças-chave para a compreensão da atividade jornalística –

contrapondo-se a autores que defendiam uma leitura coletiva dos jornalistas enquanto sujeitos definidos por uma profissão que presume um conjunto de procedimentos e práticas, a autora propôs que o terreno comum entre os jornalistas se dava numa instância mais essencial e profunda, a da partilha de noções interpretativas sobre os acontecimentos. Zelizer ancora seu argumento a uma discussão sobre a representação do macarthismo e do escândalo de Watergate por jornalistas americanos – identificando uma unidade consensual nessa representação: mesmo quando o decorrer dos anos evidenciava um abandono de uma leitura anterior e a adoção de um novo posicionamento, essa nova construção social de realidade também demonstrava ser partilhada por essa coletividade jornalística.

A contribuição de Zelizer teve considerável impacto no campo de estudos de jornalismo – em pesquisa por meio do software Publish or Perish realizada em 20 de dezembro de 2024, identificou-se que o artigo foi citado 1.476 vezes por outros estudos. Essa noção de que os jornalistas fariam parte de uma mesma comunidade interpretativa se tornou mais conhecida no campo brasileiro de estudos de jornalismo a partir do segundo volume de *Teorias do Jornalismo*, de Nelson Traquina – entradas para diferentes edições do livro computam um total de 1.000 citações, em consulta pelo mesmo aplicativo, na mesma data. Traquina toma como ponto de partida o estudo de Zelizer e expande suas implicações a partir de diversos outros autores que se debruçaram sobre a construção de uma teoria do jornalismo, além de envelopar o conceito a partir de outra expressão, uma “tribo jornalística” transnacional unida por um consenso em torno de protocolos profissionais e de critérios para a seleção de fatos e para a construção de sua representação verbal, os valores-notícia – levando em conta também a influência das empresas jornalísticas nessa equação.

O argumento de Traquina é reforçado por uma análise comparativa da cobertura sobre a AIDS em cinco jornais de países distintos – The New York Times (Estados Unidos da América – EUA), Folha de S.Paulo (Brasil), El País (Espanha), Correio da Manhã (Portugal) e Diário de Notícias (Portugal) –, identificando procedimentos interpretativos semelhantes nos cinco veículos, como o predomínio de fontes oficiais e a concentração da cobertura em acontecimentos de três países – Alemanha, EUA e França. Traquina também analisa estudos sociológicos da comunidade jornalística americana e estudos comparativos entre coberturas de países distintos que conduzem à

mesma conclusão.

As duas contribuições acenariam, portanto, para uma compreensão unificadora e universalizante dos jornalistas e, por extensão, do jornalismo enquanto fenômeno transnacional, norteados por um conjunto único de regras de interpretação e representação da realidade. Essa solução aparentemente pacificadora nos traz, no entanto, um conjunto de pressupostos que se revelam problemáticos à medida que parecem presumir a repulsão ou estranhamento em relação a indivíduos, veículos e organizações que apresentassem diversos graus de violação ou ruptura com essas regras, bem como naturalizar categorizações ideológicas e convertê-las em obviedades inquestionáveis, conforme a crítica de Marcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2021) em torno de uma reação acadêmica de conformismo diante de uma análise sobre a invisibilidade midiática da guerra civil entre as etnias hutus e tutsis em Ruanda nos anos 1990, exemplo mencionado no escopo de um estudo mais amplo das mesmas autoras. Procedimentos como esse são frequentemente justificados a partir da menção a valores-notícia tidos como “objetivos”. Tanto a máscara do universalismo como a do objetivismo possuem suas rachaduras, porém, e nos deteremos sobre algumas delas neste artigo.

Se a principal semente dessa problemática na pesquisa em jornalismo é o artigo de Zelizer (1993), a autora também realiza uma colheita de sementes mais antigas: em seu estudo há quase uma dezena de fontes que contribuíram para sua definição de comunidade interpretativa, mas uma delas em específico teve uma influência singular: o livro *Is There a Text In This Class?*, de Stanley Fish (1980) – 13.878 citações, novamente de acordo com consulta via Publish or Perish em 20 de dezembro de 2024. O artigo de Zelizer incorpora muito pouco do livro, restringindo-se a mencionar que “Para Fish (1980, p. 171) nos estudos de literatura, comunidades interpretativas produzem textos e ‘determinam a forma daquilo que é lido’”¹ (Zelizer, 1993, p. 223, tradução nossa), o que oculta e elimina a maior parte das implicações do conceito na perspectiva fishiana. Latour (2000) aponta que esse é um procedimento rotineiro da dinâmica científica, ao qual denomina *translação*² – as modificações, simplificações e conformações a que ideias e afirmações são submetidas quando se transformam em citações. A publicação do livro de Fish porém, se não foi a primeira a utilizar a expressão, conferiu-lhe implicações inovadoras e agiu como catalisadora de um boom internacional em torno do conceito de comunidades interpretativas, mobilizando

diversos campos de conhecimento a tensionamentos epistemológicos.

Passo a indagar, portanto, quais seriam as implicações do uso da concepção de Stanley Fish em torno da noção de comunidades interpretativas em pesquisas no campo do jornalismo, a partir de dois pontos. O primeiro é o fato de que os argumentos de Fish, em essência, estão centrados especialmente em torno da noção de objetividade, ponto especial de tensionamento nos estudos de Jornalismo (Tuchman, 2016; Veiga da Silva & Moraes, 2021; Henriques, 2018, 2019; Carvalho & Belda, 2017). Talvez seja importante clarificar que a noção de objetividade a que nos referimos aqui é a que se opõe à de subjetividade, ou seja, a possibilidade de se reportar/analisar a materialidade de um objeto, um fenômeno em si em vez de interpretações do fenômeno, e não a de objetividade como sinônimo de apuração, investigação, checagem de informações etc, como por vezes se usa no jargão jornalístico (Moraes, 2022) e que constitui a base de qualquer texto jornalístico.

O segundo ponto é o esforço fishiano em identificar a presença de inúmeras comunidades interpretativas, a pluralidade de posturas epistêmicas, no seio de uma mesma disciplina ou profissão – a do crítico literário americano –, na contramão dos esforços universalizantes de Zelizer e Traquina.

Outros trabalhos, como a defesa de Marcos Paulo Silva (2017) sobre elementos interpretativos presentes na obra crítica de Franco Moretti, compreendida como uma perspectiva sociológica em torno das formas literárias, apontam para a validade e a efetiva contribuição de noções e sistemas de análise do campo de estudos da literatura para a compreensão dos fenômenos jornalísticos, duas ambiências que historicamente estabelecem relações de permuta e fertilização mútua, quando não de hibridizações (Silva, 2017; Underwood, 2013; Eberwein, 2013; Sims, 2007; Cosson, 2007).

Desse modo, este artigo se dedicará a uma leitura crítica do tratamento do jornalismo enquanto prática constituída por uma comunidade interpretativa única, partindo de uma revisão dos termos de sua proposição conforme *Is There a Text In This Class?*, de Stanley Fish (1980).

Numa seção posterior, proponho a identificação de algumas pistas para distinguirmos a presença de múltiplas comunidades interpretativas no jornalismo, em seguida detendo-me de forma pormenorizada sobre as distinções epistêmicas do fenômeno conhecido por jornalismo literário – dentre outras denominações

–, acenando para a sua própria diversidade de comunidades interpretativas. Por fim, apresento algumas considerações sobre o percurso investigativo deste artigo e aponto alguns desdobramentos possíveis para aprofundar os tensionamentos postos.

2 Um retorno à noção fishiana de comunidades interpretativas

Como mencionado anteriormente, a ideia de comunidade interpretativa surge no campo da teoria da literatura, a partir de questionamentos de Stanley Fish sobre as dinâmicas de autonomia interpretativa dos sujeitos na leitura e crítica de textos literários, bem como dos limites da autoridade autoral no estabelecimento de significados das obras – questionamentos que, conforme o próprio Fish (1980) aponta, encontram precursores em autores como William Wimsatt e Monroe Beardsley.

Em Is There a Text in This Class? – The Authority of Interpretive Communities [“Afiml, existe um texto nesta aula?”– A autoridade das comunidades interpretativas”, tradução nossa], coletânea de ensaios em sua maior parte publicados em periódicos ao longo da década de 1970, Stanley Fish avança a discussão em torno da “morte do autor” rumo à da “morte do texto”. A própria noção de comunidade interpretativa surge tardiamente – nos quatro últimos ensaios (de dezesseis), justamente aqueles não publicados previamente –, como uma saída de Fish para responder a reações cada vez mais hostis aos posicionamentos que assume.

No ponto central de seus argumentos, como já antecipado, Fish se debruça sobre a possibilidade, ou mesmo a viabilidade de se interpretar um texto literário de forma objetiva – de modo a afirmar que num certo sentido o texto em si não existe, ou existe apenas como um ideal inalcançável. Em seu lugar, o texto que alguém efetivamente lê seria produzido no próprio ato da leitura:

O que sugiro é que não há relação direta entre o significado de uma frase (ou parágrafo, romance, poema etc) e o que suas palavras em si significam. De forma menos polêmica, podemos dizer que a informação de um enunciado, sua mensagem, constitui mas certamente não deve ser confundida com seu significado. A experiência de um enunciado – a experiência de forma *integral* e não algo que seja dito sobre ela, incluindo algo que eu mesmo possa dizer – é que constitui o seu significado. (Fish, 1980, p. 32, tradução nossa)³.

A noção da participação ativa do leitor, de seu repertório e expectativas na construção do texto, ou ao menos do texto que é efetivamente experienciado no ato da leitura, já havia sido proposta na década de 1960 por Wolfgang Iser (1996) e herdada por autores como Umberto Eco (2020). Porém, Fish leva a questão a um ponto radical ao não estabelecer limites entre a materialidade do texto e suas interpretações pois, em seus termos, não existiria qualquer forma de texto desvinculada de interpretação. Por mais “desarmada” que fosse uma leitura, ela carregaria um conjunto de expectativas anteriores ao ato de leitura: conhecimento ou desconhecimento sobre o autor, o conteúdo e a linguagem do texto, repertório anterior de leituras e gostos pessoais, estratégias e comportamento próprios de leitura, suas reações às palavras e frases, à materialidade do texto que possuem suas consequências para a leitura, por mais que sejam subestimados e naturalizados – como pontua, “não fazemos nossos questionamentos em um ambiente hermético, mas a partir de um ponto de vista, e esse ponto de vista é percebido como algo imune a questionamentos até que seja substituído por outro, que então será igualmente imune” (p.360, tradução nossa)⁴. A noção da revisão periódica de pressupostos que são tomados como certezas basilares constitui justamente aquilo a que Thomas S. Kuhn (2006) denominara paradigma na década anterior, apontando para a crise e a proposição de novos paradigmas como um ciclo inerente à natureza da ciência.

Nos doze ensaios da primeira parte de *Is There a Text in This Class?*, Fish apresenta sua defesa da autonomia dos leitores em relação ao texto – focada da individualidade dos sujeitos, em suas subjetividades. Porém, conforme dito anteriormente, frente a duras e apaixonadas detrações o autor apresenta um novo argumento em favor de sua crítica à viabilidade de uma leitura objetiva, e então propõe o uso do conceito de comunidades interpretativas – já apresentado no capítulo “Interpreting the *Variorum*”, publicado originalmente em 1976 na revista *Critical Inquiry*, mas presente de forma mais densa e central nos quatro textos compostos diretamente para a publicação no livro.

Em seus novos termos, não é o indivíduo, autônomo, quem cria isoladamente as condições de leitura e interpretação de um texto, mas sua pertença a determinado grupo social que partilha comportamentos interpretativos – linguagem, ideias, valores, pressupostos, convenções, estratégias de leitura. A cada um desses grupos sociais Fish denomina comunidade interpretativa

– e devemos considerar a possibilidade de que sujeitos interajam e partilhem de ideias de mais de uma comunidade interpretativa simultaneamente. Nesse sentido, a interpretação de textos deixa de ser percebida como um ato meramente individual e se torna coletivo – ou mesmo institucional, uma vez que inevitavelmente se relaciona dialogicamente, ainda que na forma de reação ou refutação, aos sentidos que circulam e são reforçados pelas mais diversas instituições sociais.

A validação de interpretações é outro aspecto bastante relevante da teoria fishiana e, novamente, seria decidida a partir do consenso no interior de uma comunidade interpretativa, de seus métodos e chaves de leitura, “uma base coletiva de consenso” (Fish, 1980, p. 317, tradução nossa)⁵. Podemos visualizar essa afirmação ao imaginar como o destino de um artigo acadêmico submetido a evento ou periódico ou de projeto de pesquisa submetido à apreciação de agências de fomento ou órgãos colegiados institucionais depende não apenas de suas virtudes intrínsecas de rigor científico – se ainda pudermos afirmar sua existência, de forma essencialista – mas também do perfil de pareceristas que examinarão o material, de sua adesão ou repúdio às teorias e métodos ali apresentados, sua percepção da pertinência dos argumentos e da relevância da temática, sua afiliação a uma ou outra tradição investigativa etc. Desse modo, Fish se esquivava das acusações de relativismo absoluto e passa a defender que as interpretações são construídas e validadas a partir de convenções coletivas – que são bastante distintas entre diferentes comunidades interpretativas, o que faria com que uma certa leitura ou conjunto de métodos considerados risíveis e frágeis por certa comunidade pudessem ser tomados como “sérios e ortodoxos” (p.349) por outra.

Fish lança um olhar para o campo da crítica literária e, como antecipado, identifica ali não uma, mas uma vasta pluralidade de comunidades interpretativas – cada qual com seu próprio conjunto de valores, pressupostos, regras metodológicas – e aponta para a impossibilidade da existência de interpretações críticas mais corretas, superiores ou mesmo mais objetivas em relação ao texto do que as demais. Embora o expediente de acusar uma ou outra escola interpretativa de se afastar do texto e obscurecê-lo a partir da importação de ideias e pressupostos externos seja bastante comum – crítica tecida, por exemplo, por Susan Sontag (2020) em *“Contra a interpretação”* [Against Interpretation] –, Fish aponta

para a impossibilidade de se aproximar de um texto sem essas ferramentas externas: “A rigor, ‘voltar ao texto’ não é um gesto que realmente podemos realizar, porque o texto ao qual retornamos será o texto exigido por alguma outra interpretação e ela presidirá a produção desse texto (p. 354)”⁶. O que marca a distinção entre as comunidades interpretativas é que os pressupostos de cada uma não são percebidos como conceitos ou leituras culturais/ideológicas, mas naturalizados como verdades, e assim as leituras validadas são percebidas internamente como objetivas:

Em outras palavras, as reivindicações de objetividade e subjetividade já não podem ser debatidas porque a instância de autorização, o centro da autoridade interpretativa, afilia-se ao mesmo tempo a ambas e a nenhuma delas. Uma comunidade interpretativa não é objetiva porque, uma vez que consiste em um conjunto de interesses, de objetivos e propósitos específicos, seu ponto de vista possui vieses, não é neutro; porém, seguindo o mesmíssimo raciocínio, os significados e textos produzidos por uma comunidade interpretativa tampouco são subjetivos porque não procedem de um indivíduo isolado, mas sim de uma convenção, de um ponto de vista público e compartilhado. (Fish, 1980, p. 14)⁷.

Dessa maneira, Fish põe em xeque a suposta binaridade objetividade-subjetividade e apresenta um elemento outro, que combina ambos e simultaneamente se constitui como algo distinto, à parte, que aponta para a inseparabilidade entre eles. Se fizermos uma aproximação dessa linha de pensamento com o jornalismo enquanto prática, uma de suas implicações seria o caráter inadequado das tentativas de estabelecer hierarquias entre leituras e representações de realidade – assim como de textos – pertencentes a abordagens jornalísticas distintas, uma vez que o conjunto de regras e valores de uma são díspares e não se aplicam diretamente sobre a outra, além de com frequência terem como referência modelos propostos e validados por sujeitos e instituições distintos.

Em *A pauta é uma arma de combate*, Fabiana Moraes (2022) também trabalha, a partir de González Rey, essa noção de subjetividade coletiva ou intersubjetividade como construção histórica e cultural, embora haja contribuições de cada indivíduo, propondo a observação de sentidos e configurações subjetivas como parte de uma trama cultural complexa, de um sistema articulado de diversas esferas e produções subjetivas e marcado por embates, disputas e ideologias.

3 Algumas pistas para a identificação de comunidades jornalísticas

Um dos maneirismos da crítica literária americana identificado por Fish é o da recusa à interpretação e a alegação de se deter fundamentalmente em procedimentos descritivos: “uma das práticas mais comuns na crítica literária é anunciar que não se está fazendo crítica. Isso ocorre porque no coração dessa instituição reside o desejo de negar que suas ações tenham qualquer consequência. [...] O maior medo de um crítico é ser considerado culpado pelo crime de ter feito uma interpretação” (Fish, 1980, p. 355)⁸. Embora Zelizer (1993) e Traquina (2013) encampem noções das práticas jornalísticas como interpretações dos fenômenos e das notícias como construções sociais da realidade, as comunidades interpretativas que se estabelecem como referência para a proposição de valores universalizantes do jornalismo se escoram na aparência de objetividade para encenar uma ausência de interpretação, da qual depende sua validação (Tuchman, 2016).

No entanto, há uma série de evidências, para as quais apontaremos de forma abreviada – embora merecedoras de uma atenção menos superficial em outras investigações, elas se configuram aqui como um conjunto indicial da presença de uma diversidade considerável de comunidades interpretativas no jornalismo.

Os critérios que norteariam a delimitação de comunidades interpretativas – e sobre os quais seria necessário debruçar-se para a defesa da unicidade da comunidade interpretativa transnacional defendida por Traquina (2013), giram em torno dos modos de interpretação e representação de realidade, dos critérios para seleção de pautas e de construção textual.

A coexistência de distintas percepções de significância social de acontecimentos, uma das dimensões-chave dos valores-notícia (Silva, 2014), é uma dessas pistas importantes. Um caso extremo a se considerar é o das notícias em veículos ou seções categorizados como jornalismo popular – outra noção que se tornou ampla demais – ou jornalismo de fofocas (Portari, 2020; Castro, 2019; Arruda, 2015), exemplificados de forma celebrenemente infame em títulos como “*Caetano estaciona carro no Leblon nesta quinta-feira*”⁹, na editoria “Famosos” do portal Terra, e “*Chico Buarque compra baguetes para o lanche da tarde*”¹⁰, da editoria “EGO” do portal Globo.com. De acordo com a análise de Portari (2020), a aparição desse tipo

de notícia considerada como irrelevante, de acordo com parte das noções hegemônicas de hierarquização de assuntos, decorre não de um desrespeito ou ignorância em relação a valores-notícia vigentes, mas da existência de outro conjunto de valores-notícia cultivado em resposta à percepção de uma demanda por certo público pelas notícias sobre artistas e celebridades, a qual movimentaria um volume de acessos que justificaria a manutenção de profissionais para essa criação de conteúdo – configurando justamente uma de suas instâncias de validação. Vale ainda lembrar que certas perspectivas teóricas apontam a presença de pessoas famosas ou proeminentes como valor-notícia de grande importância (Gomis, 1991, 2004; Martí-Danés & Sorribes, 2025). Conforme previsto por Fish (1980), o preconceito, estranhamento, irritação e repúdio em relação a esse material derivaria justamente da disparidade epistêmica. Assim, por mais que seus títulos emulem a estética de certas práticas hegemônicas de jornalismo, seus critérios de seleção de acontecimentos são radicalmente distintos e indicam a pertença a uma outra comunidade interpretativa jornalística.

Outro indício da diversidade de comunidades interpretativas no jornalismo pode ser identificado na hierarquização de acontecimentos – e de países – na cobertura internacional de jornais e portais de notícias. Embora Traquina (2013) tenha apontado uniformidades na cobertura sobre a pandemia da AIDS, como apresentado anteriormente, esses resultados podem ser decorrentes da seleção, para o corpus, de veículos de semelhante perfil que, embora oriundos de países distintos, ainda se situam numa tradição jornalista eurocêntrica, objetivista e com perspectivas classistas semelhantes, bem como de critérios comparativos na metodologia de Traquina que favoreçam a identificação de certa homogeneidade interpretativa. Porém, há estudos como os de Wu (2006), Yang (2003) e Moraes e Veiga da Silva (2021) que acenam para disparidades.

Embora tenha identificado uma prevalência dos EUA na cobertura internacional de 23 dentre 38 países, Wu (2006) identificou diferentes critérios de hierarquização de nações dentre sua amostra. Países categorizados como “em desenvolvimento” tendiam a priorizar países geograficamente próximos, enquanto critérios distintos como PIB per capita, população, dimensões geográficas, proximidade linguística e parcerias comerciais norteavam grupos distintos de países. Yang (2003), ao comparar a cobertura de ataques aéreos da OTAN em Kosovo em 1999 em dois veículos chineses e dois veículos

americanos, identificou enquadramentos antípodas em torno do acontecimento: sua caracterização enquanto violação da soberania da Iugoslávia pelos primeiros e a interpretação positiva como ato de ajuda humanitária aos albanianos pelos últimos, indicando que os interesses de uma nação – e podemos estendê-los a um ambiente cultural em que interpretações geopolíticas são construídas em relação dialógica com esses interesses – são elementos essenciais na construção de representações jornalísticas

Como apontado na primeira seção deste artigo, Moraes e Veiga da Silva (2021) discutem, dentre outros tópicos, a invisibilização da guerra civil de Ruanda na cobertura da revista americana *Newsweek* em 1994, e em perspectiva da justificação dessa invisibilidade pela existência de critérios de noticiabilidade supostamente objetivos, criticam o uso da máscara objetivista como estratégia de naturalização epistêmica de pressupostos ideológicos que podem ser compreendidos como machistas, sexistas, heteronormativos e cissexistas – ou seja, configuração de diversas ordens sociais de dominação e colonização. A noção da indissociabilidade de perspectivas de gênero naquilo a que podemos considerar comunidades jornalísticas hegemônicas também foi explorada por Marcia Veiga da Silva (2014) no livro *Masculino, o gênero do jornalismo*, e Sally Lehrman (2008) identificou que a etnicidade de repórteres influía diretamente sobre a representação de diferentes etnias em veículos jornalísticos – especialmente quando a composição da redação era majoritariamente branca, a cobertura tendia a configurar representações depreciativas e estereotípicas de sujeitos e comunidades de etnias não-brancas.

Moraes e Veiga da Silva (2021) vislumbram a possibilidade de práticas jornalísticas que a partir de lógicas decoloniais subvertessem essas relações de dominação, configurando narrativas que reconhecessem as subjetividades epistêmicas nas representações jornalísticas de realidade – possivelmente na direção das práticas de resistência identificadas por Veiga da Silva e Marocco (2018) nos livros de repórter de autoras como Eliane Brum, Alexandra Lucas Coelho e da própria Fabiana Moraes e que também podem ser observadas em veículos jornalísticos independentes como *Alma Preta* e *Revista AzMina*, que trabalham pressupostos distintos de hierarquização de assuntos, abordagem noticiosa e tratamento de fontes a partir de perspectivas raciais e de gênero, respectivamente. Mesmo dentro de uma abordagem jornalística a que se poderia denominar feminista, Rodarte (2025) identifica que há também diversidade

de posicionamentos, práticas e leituras de mundo ao comparar as comunidades de repórteres argentinas e brasileiras.

Outras consequências funestas das noções de hierarquização de territórios por comunidades interpretativas jornalísticas podem ser encontradas no estudo de Giovani Vieira Miranda (2021) sobre o processo de formação de desertos de notícias em pequenas cidades brasileiras frente à sua “irrelevância econômica” e à falência de empresas jornalísticas, e a perspectiva de emergência de iniciativas de jornalismo hiperlocal que, norteadas por critérios interpretativos que tenderiam a valorizar os aspectos locais em suas dimensões mais imediatas, poderiam se contrapor às dinâmicas de desertificação.

4 Comunidades interpretativas no jornalismo literário

O jornalismo literário é um fenômeno relevante para se pensar as comunidades interpretativas no jornalismo, tendo sido rechaçado em momentos passados como prática estranha e epistemologicamente inadequada tanto por esferas de validação de saberes em comunidades interpretativas hegemônicas jornalísticas (Wolfe, 2005; Genro Filho, 2012), como nas literárias (Cosson, 2007; Hartsock, 2000) – tendo sido considerado no passado por uma ou outra como uma prática que não configuraria jornalismo, e tampouco literatura – e hoje constituindo não apenas legitimidade junto a ambos os campos, inclusive com o laureamento do Prêmio Nobel de Literatura a Svetlana Aleksievitch em 2015, mas também uma comunidade de pesquisa internacional formalizada junto à International Association for Literary Journalism Studies (IALJS) e o periódico acadêmico *Literary Journalism Studies*.

A noção de jornalismo literário trabalhada aqui é a de um conjunto de gêneros enunciativos (Bakhtin, 2016) que se constituem como jornalismo enquanto conteúdo – ao serem desenvolvidos a partir de métodos jornalísticos de apuração – e como literatura tanto enquanto materialidade – ao se valerem da palavra escrita organizada em torno de estruturas narrativas – quanto como em sua recepção – ao serem lidos também pela fruição estética, por sua narratividade, não raro por décadas ou mesmo séculos após sua publicação original. Não se trata portanto de um uso do termo “literário” como instância de distinção ou valoração – especialmente quando se pensa na literatura como sinônimo de cânone literário, noção há muito superada – nem de

filiação intencional de seus autores e autoras a essa tradição, mas de algo que caracteriza tanto a linguagem expressiva utilizada como a própria pertença desses gêneros aos ambos os campos simultaneamente e dialoga com noções contemporâneas do campo de estudos literários que abarca as mais distintas produções não ficcionais.

Em sua introdução à coletânea *Literary Journalism Across the Globe*, John S. Bak (2011) pondera sobre as dificuldades de encontrar uma definição singular para o jornalismo literário ou de classificá-lo como um gênero ou forma único, uma vez que as abordagens que os autores adotam variam amplamente ao redor do mundo e ao longo da História. Embora se tenha antes acreditado que o ponto de origem histórico do jornalismo literário se encontrava no período conhecido como Novo Jornalismo, situado na década de 1960 nos EUA, esforços de mapeamento global do jornalismo literário (Bak, 2011; Eberwein, 2013) evidenciam que esse conjunto de gêneros surgiu e se desenvolveu de forma independente em diversos países entre os séculos XVIII e XX, especialmente em contextos de aproximação entre práticas jornalísticas e literárias – no mundo anglófono, por exemplo, teve como ponto de partida as *sketches* que se popularizaram a partir dos anos 1820, um gênero análogo à crônica brasileira (Sims, 2007).

Enquanto representação do real, o jornalismo literário pode ser melhor compreendido como prática de comunidades interpretativas distintas, ao invés de tentar domesticá-lo enquanto gênero ou estilo agrupado junto às categorias funcionalistas de jornalismo informativo, opinativo, interpretativo etc (Assis, 2015) que se debruçam sobre as comunidades jornalísticas hegemônicas. Desse modo, o jornalismo literário se contrapõe, como modelo, ao padrão de jornalismo que tem como seu produto principal e mais nobre as notícias estruturadas na forma da pirâmide invertida encabeçada pelo lead, o qual concentraria em si a unidade informativa essencial de um acontecimento (Genro Filho, 2012) – num escopo mais amplo, marcado pela separação histórica entre notícia e opinião, entre acontecimento e interpretação, abarca também os diversos gêneros informativos, opinativos e interpretativos associados a essa binaridade.

Tendo isso em vista, uma primeira possibilidade a se levantar seria a de que nos gêneros de jornalismo literário essa separação inexistente; porém, como apontado por David Eason ao tratar de vozes enunciativas no Novo Jornalismo norte-americano (1990), há uma parcela considerável de repórteres que evita incluir conteúdo deliberadamente opinativo, ou prefere fazê-lo por meio de descrições

metafóricas ou comparações (Martinez, 2016), sem emitir diretamente juízo a respeito de pessoas e ações – para Eason, esses seriam jornalistas literários “realistas”, a quem poderíamos chamar também de empiricistas, que tomam como pressuposto a viabilidade de se apreender e reconstruir em texto uma realidade externa existente a priori; em oposição a esse conjunto Eason apresenta repórteres “modernistas”, a quem poderíamos considerar fenomenólogos, que se proporiam a apresentar uma apreciação e narração de acontecimentos e pessoas a partir de suas próprias lentes, de seus filtros culturais e ideológicos, e não se contêm no que toca ao oferecimento de opiniões, pois compreendem seu papel não como o da mediação isenta, mas como o da interpretação da realidade – embora ainda baseada na apuração de fatos e na realização de entrevistas. Embora a leitura de Eason proponha um binarismo que simplifique as posições dos diversos autores daquele período – Truman Capote, Gay Talese, Tom Wolfe, John McPhee, Norman Mailer, Joan Didion, Hunter S. Thompson etc –, ela ao menos evidencia que o grau de separação entre fatos e opiniões, o nível de aceitação de interpretação autoral explícita nos textos varia fortemente entre autores e gêneros de jornalismo literário, que constituiria outro conjunto de comunidades com critérios e instâncias de validação que diferem entre si. Conforme apontado por Eduardo Ritter (2018), o jornalismo gonzo de Hunter S. Thompson tem como traço distintivo a parresía – uma enunciação franca, sem freios –, a qual não se encontra de forma alguma, por exemplo, nas reportagens de Lillian Ross, a qual entendia que as próprias ações e as falas de seus entrevistados seriam suficientes para que os leitores tirassem conclusões a respeito deles.

Um elemento que permite distinguir de forma mais demarcada como cada um dos modelos concebe a episteme do jornalismo, porém, está no peculiar uso das fontes de informação como definidoras do real em obras de jornalismo literário – o qual parece ser comum aos diversos gêneros enunciativos que o termo compreende.

No jornalismo de pirâmide invertida o papel de fontes de informação, de acordo com Aldo Schmitz (2011), se configura tanto no auxílio à apuração das notícias, enquanto entrevistados, como no oferecimento de conteúdo próprio para deliberadamente fornecer informações que possam dar origens a pautas de notícias e reportagens – podendo, nesse caso, ser consideradas como “um poder que mede forças com o ‘poder da imprensa’” (Schmitz, 2011,

p. 10). Schmitz distingue as fontes entre primárias – diretamente envolvidas com fatos – e secundárias – cujo papel é o de analisar e interpretar informações obtidas a partir das fontes primárias, podendo ser ainda classificadas, de acordo com seu status social, como fontes oficiais, empresariais, institucionais, populares, notáveis, testemunhais, especializadas ou referenciais. Stuart Hall et al. (2016) defendem ainda que um conjunto específico de indivíduos ocupa um patamar privilegiado enquanto fonte – seja pelo envolvimento direto com eventos em questão ou pelo oferecimento de análises –, a ponto de suas enunciações serem utilizadas para definir o enfoque, o fio condutor da narrativa noticiosa; ou seja, para definir um determinado recorte e uma determinada leitura de realidade que serão seguidos numa determinada peça jornalística. Essas fontes, que compreendem as oficiais, empresariais, institucionais e especializadas, são nomeadas por Hall e seus colaboradores como “definidores primários”, justamente por conta desse papel crucial na condução da produção jornalística. A predominância desse tipo de fontes para a performance da objetividade foi também identificada por Gaye Tuchman (2016) e Consuelo Chaves Joncew (2005).

É justamente em busca de uma performance de objetividade que o jornalismo de pirâmide confia aos definidores primários o papel de intérpretes da realidade, delegando ao repórter a função de mediador e de “garimpador” de declarações dessas fontes. Desse modo, podemos afirmar que o jornalismo de pirâmide se fia não em indivíduos para a representação e análise de fatos, mas em instituições – governos, órgãos de polícia e defesa, empresas e, principalmente, os diversos ramos da ciência; e seria justamente o poder institucional dessas organizações, seu prestígio e reconhecimento social, o que conferiria credibilidade tanto às fontes que as representam quanto ao material noticioso que faz uso delas para tratar de determinado acontecimento.

Esses procedimentos, porém, têm como consequência a reprodução de um pensamento hegemônico a que Volóchinov (2017) conceitua como ideologia oficial, desenvolvida e reforçada justamente pelo conjunto de instituições que respaldam os definidores primários, e que o autor contrapõe a ideologias do cotidiano, que seriam formadas pela experiência imediata de indivíduos ligados ou não a essas instituições – e, nesse caso, me parece adequado reforçar a acepção dessa experiência como algo não-mediado, ou seja, anterior à construção da realidade nos meios de comunicação de massa.

Algumas implicações dessa validação da realidade a partir da experiência dos sujeitos e das ideologias do cotidiano se fazem sentir em reportagens como *Ganbare Warsztaty umierania* [Ganbare!: Oficinas da morte], de Katarzyna Boni (2021), e *Ghosts of the Tsunami* [Fantasmas do Tsunami], de Richard Lloyd Parry (2017). Ambas lidam com a experiência dos habitantes de Fukushima e trabalhadores da usina nuclear da cidade com o tsunami que atingiu a região em 2011 e o subsequente colapso da usina, apresentando como peculiaridade uma representação da experiência de sobreviventes com fantasmas que estariam rumando pelo local. Em vez de apresentar uma discussão racionalizante que distanciasse seu discurso das experiências dos sujeitos, Boni e Parry buscam representar os testemunhos de seus personagens a partir dos próprios termos e experiência de real desses sujeitos, sem buscar uma mediação de distanciamento ou desautorização de suas falas – procedimento semelhante é adotado por Marcelo Leite (2025) ao tratar dos rituais da religião Jurema Sagrada.

Algumas comunidades interpretativas de jornalismo literário validam, e muitas vezes tomam como modelo práticas de interpretação e representação que desafiam, mesmo na perspectiva de boa parte das comunidades de jornalismo literário, o seu reconhecimento como jornalismo. É o caso de Hanna Krall, tida como um dos maiores nomes do jornalismo polonês, ao lado de Ryszard Kapuściński (Wiktorowska, 2018) – Krall adota uma estratégia que segue na contramão de alguns dos elementos essenciais constituintes da prática do jornalismo literário na interpretação de Norman Sims (2007), especialmente a noção de precisão de informações. Sua reportagem “Ta z Hamburga” [A mulher de Hamburgo] (Krall, 2005), por exemplo, está repleta de lacunas de informações – inclusive as que situariam o leitor de forma mais concreta no espaço e no tempo dos acontecimentos –, de omissões e sugestões de acontecimento, de saltos bruscos no tempo, de diálogos em que apenas um dos dialogantes tem suas falas registradas – procedimentos que para a própria Krall constituiriam representações mais fidedignas de como os sujeitos experienciariam a realidade (Passos & Marchetto, 2020).

Por outro lado, enquanto o jornalismo de pirâmide invertida utiliza entrevistados como fontes de informação amparadas e validadas a partir das instituições de poder que representam, no jornalismo literário esses indivíduos se transformam em personagens que, retratados em seu sentir e agir no mundo, têm a validação de

sua fala articulada a partir de suas vivências, que lhes conferiria credibilidade de modo independente de um amparo institucional (Passos, 2017).

Mesmo quando seus personagens são indivíduos de capital institucional que comumente receberiam o tratamento de definidores primários, como policiais, juízes ou produtores da indústria fonográfica (Sims, 2007), interessa mais aos repórteres a experiência que essas pessoas carregam consigo, aquilo de ideologia do cotidiano que têm a ofertar – e é na forma de experiências, de cenas que essas entrevistas são transportadas para as narrativas. Podemos atribuir esse comportamento discursivo à postura contrahegemônica que pautava boa parte dos autores do Novo Jornalismo norte-americano (Pauly, 1990), que pode ser estendida às tradições e comunidades interpretativas do jornalismo literário ao redor do globo (Eberwein, 2013; Queirós, 2017), inclusive sob o prisma de interpretações teóricas que preferem outras denominações, como “jornalismo de desacontecimentos” (Ventura & Abib, 2020a, 2020b) ou “livro de repórter” (Marocco, 2020; Veiga da Silva e Marocco, 2018), que também destacam a presença de ações de resistência, crítica e ruptura epistemológica em relação aos consensos de comunidades hegemônicas de jornalismo de pirâmide invertida, e ao mesmo tempo recortam o fenômeno a partir de conceitos e chaves de leitura distintos.

Algo aparenta ser partilhado dentre as diversas comunidades interpretativas do jornalismo literário – o que talvez possa ser compreendido como um denominador comum que permita compreender o conjunto delas enquanto uma supercomunidade interpretativa – é que o norteamento de jornalistas para a escolha de pautas e para a construção textual não se volta a preocupações noticiosas ou mesmo informativas, no sentido mais usual do termo, mas sim a uma experiência virtual dos acontecimentos por meio de estéticas narrativas (Hartsock, 2015), frequentemente estabelecida anos ou mesmo décadas após o seu transcorrer. Sob essa perspectiva, faria mais sentido pensar esses princípios norteadores como valores-narrativa, em vez de valores-notícia – embora devamos ter em vista que esses supostos valores-narrativa difeririam substancialmente entre uma e outra comunidade interpretativa do jornalismo literário.

5 Algumas considerações e outros desdobramentos

Esta pequena porção final deste artigo se inicia com um spoiler que, espero, pode ajudar a elucidar uma das implicações centrais da noção fishiana de comunidades interpretativas. No filme *Dirigindo no escuro* [*Hollywood Ending*], de 2002, dirigido e estrelado por Woody Allen, temos como protagonista Van Waxman, um diretor neurótico que ao rodar uma nova película passa a sofrer de uma cegueira psicossomática e acaba por dirigir todas as sessões de gravação e edição sem enxergar nada do que se passa. Após seu lançamento, o filme de Waxman é um fracasso de crítica e bilheteria no circuito americano, mas também se torna um sucesso celebrado no circuito francês, o que resulta em um contrato para a realização de uma nova obra na França. O desfecho do longa-metragem pode ser interpretado como um ácido comentário ao mercado cinematográfica e ao campo da crítica de cinema, mas traz a nós um curioso questionamento: afinal, o filme de Waxman é bom ou ruim? A resposta dependerá, obviamente, de uma nova indagação: para quem? A partir de quais critérios? Ambas as comunidades interpretativas serão capazes de argumentar, de maneiras que compreendem e validam como objetivas, e apontar elementos que permitam justificar seus posicionamentos. Nossa aderência ou aproximação, enquanto sujeitos e intérpretes, a uma ou outra comunidade interpretativa, ou a seus pressupostos – e, por que não, a suas influências ideológicas coloniais – será determinante da leitura e dos argumentos que assumiremos, e o mesmo raciocínio é aplicável caso optemos por manter uma postura crítica a ambas.

Para além de uma revisão conceitual e da leitura crítica da noção de unidade como algo positivo, neste artigo busquei algumas pistas para pensar implicações nos tensionamentos em torno da objetividade no jornalismo. A perspectiva de Fish nos faz indagar se essa concepção de objetividade é efetivamente viável; a noção dos consensos e convenções estabelecidos em torno das comunidades interpretativas nos aponta uma outra direção que joga nova luz sobre a perspectiva binária que opõe objetividade e subjetividade, permitindo vislumbrar uma leitura que não se coloca como intermediária num sentido estrito, mas como não-binária, perspectiva defendida, a partir de outras matrizes, por autores como Rafael Paes Henriques (2018, 2019). Como vimos, práticas de representação da realidade tidas como objetivas por algumas comunidades interpretativas do

jornalismo podem – e frequentemente são – percebidas por outras comunidades interpretativas como subjetivas – de forma aberta ou velada –, ou mesmo não jornalísticas. A naturalização de determinadas práticas epistêmicas hegemônicas, como as do jornalismo de pirâmide invertida, implica na naturalização de representações de realidade e hierarquização de sujeitos que encarnam os interesses de determinadas ideologias hegemônicas e asfixiam outras perspectivas, outras vozes (Veiga da Silva & Moraes, 2021).

Desse modo, somente seria possível pensar o conjunto – transnacional, como diria Traquina – dos jornalistas como uma comunidade interpretativa única quando a observamos à distância, ao se ignorar as inúmeras distinções entre repórteres, entre veículos, entre empresas e outras instituições jornalísticas, entre comunidades de leitores, ouvintes, telespectadores. A observação das pluralidades epistêmicas pode nos auxiliar em caminhos que não mais busquem apontar para a construção de uma noção de unidade que ignore ou rejeite as dissidências e discrepâncias nas práticas jornalísticas, reconhecendo a existência concomitante de uma diversidade de jornalismo que operam de acordo com princípios distintos – o que não significa abraçar um relativismo que valide a todas de forma positiva, acrítica, desprovida de contexto.

A noção plural de comunidades interpretativas de jornalistas pode ser útil, assim, para uma compreensão de práticas jornalísticas que apresentam divergências ou rupturas em relação às noções hegemônicas do jornalismo de pirâmide invertida – em vez de nos perguntarmos se uma dada prática é mais ou menos jornalística, mais ou menos objetiva, podemos passar a indagar quais são as noções de interpretação e representação de realidade que as norteiam, quais são suas esferas de validação, quem são seus atores e a partir de quais redes (Latour, 2000) se articulam, que interesses e dinâmicas sociais defendem (Fish, 1980), assim como os valores e demandas em disputa, as assimetrias de poder entre as comunidades que resultam em sua naturalização – a ponto de algumas serem percebidas como as únicas práticas possíveis – ou marginalização.

O estudo de comunidades interpretativas nos contextos de recepção apresentaria também um valioso potencial, conforme apontado por Luanda Schramm (2006) e, mais recentemente, Marcia Benetti (2020). É importante identificar que Benetti reconhece a contribuição da noção de Fish, mas opta pela abordagem de John Swales em torno de comunidades discursivas devido à sua observação

empírica de comunidades e da sistematização de categorias que oferece. Novamente, o diálogo com uma perspectiva fishiana permitiria distinguir e compreender a pluralidade de comunidades interpretativas entre leitores de notícias, em vez de buscar agrupá-los em uma única comunidade. Já investigações como a de Camila Quesada Tavares (2020), que identifica o papel da recepção na construção noticiosa, traz elementos para a compreensão dos públicos como instâncias de validação que influenciam no estabelecimento de regras para a seleção e representação de acontecimentos em comunidades interpretativas jornalísticas.

A noção de comunidades interpretativas ainda poderia auxiliar o campo a compreender o processo de formação e estabelecimento de redes de desinformação articuladas em torno de ideias terraplanistas ou de extrema direita, que frequentemente se afastam e descredibilizam a imprensa tradicional e propõem seus próprios veículos, instituições e agentes de validação (Martí-Danes & Sorribes, 2025). Isso pode afetar a própria noção de credibilidade como algo inerente aos sujeitos e conteúdos, passando a ser percebida como uma valoração atribuída a eles pelo público. Uma vez que as regras e sistemas de validação de uma comunidade interpretativa fecham-se dentro da própria comunidade, esta deixa de se nortear, ou mesmo influenciar, por dinâmicas de validação externas, e estabelece lógicas próprias de credibilidade (da Silva et al., 2025). O combate à desinformação, nessa perspectiva, implicaria menos a reformulação de discursos jornalísticos externos a essas redes (Carvalho & Belda, 2017), que seria inócua enquanto não se solucionasse como lidar com seus sistemas de validação e formação de consensos – do mesmo modo como o fortalecimento de representações de realidade norteados pelo que Fabiana Moraes (2022) denomina de jornalismo de subjetividade não substituiria as comunidades interpretativas hegemônicas do jornalismo, mas configuraria outras comunidades interpretativas, autônomas, novamente com seus próprios sistemas de valores, de interpretação e representação de realidade, de validação.

A expectativa de efetiva validação de uma comunidade interpretativa por outra – sejam comunidades de natureza jornalística, sejam comunidades de natureza acadêmica –, parece ser uma esperança vã uma vez que, dado o pressuposto das disparidades em todos esses elementos epistêmicos, somente se concretizariam se uma das comunidades em questão se descaracterizasse radicalmente com vistas a receber essa validação, sendo possivelmente absorvida pela outra.

NOTES

- 1 No original: "For Fish (1980, p. 171) in literary studies, interpretive communities produce texts and 'determine the shape of what is read'"
- 2 O termo utilizado em edições brasileiras de outras obras do autor, especialmente aquelas voltadas à Teoria Ator-Rede, da qual *Ciência em Ação* é um embrião, prefererem o termo *tradução*.
- 3 No original: "What I am suggesting is that there is no direct relationship between the meaning of a sentence (paragraph, novel, poem) and what its words mean. Or, to put the matter less provocatively, the information an utterance gives, its message, is a constituent of, but certainly not to be identified with, its meaning. It is the experience of an utterance – all of it and not anything that could be said about it, including anything I could say—that is its meaning."
- 4 No original: "one does not doubt in a vacuum but from a perspective, and that perspective is itself immune to doubt until it has been replaced by another which then will be similarly immune".
- 5 No original: "a shared basis of agreement"
- 6 No original: "Strictly speaking, getting 'back-to-the-text' is not a move one can perform, because the text one gets back to will be the text demanded by some other interpretation and that interpretation will be presiding over its production"
- 7 Do original: To put it another way, the claims of objectivity and subjectivity can no longer be debated because the authorizing agency, the center of interpretive authority, is at once both and neither. An interpretive community is not objective because as a bundle of interests, of particular purposes and goals, its perspective is interested rather than neutral; but by the very same reasoning, the meanings and texts produced by an interpretive community are not subjective because they do not proceed from an isolated individual but from a public and conventional point of view.
- 8 Do original: "one of the standard ways of practicing literary criticism is to announce that you are avoiding it. This is so

because at the heart of the institution is the wish to deny that its activities have any consequences. [...] The critic's greatest fear is that he be found guilty of having interpreted".

- 9 Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/caetano-estaciona-carro-no-leblon-nesta-quinta-feira,41d3399ae915a310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>
- 10 Disponível em: <http://ego.globo.com/Gente/Noticias/0,,MUL1363727-9798,00-CHICO+BUARQUE+COMPRA+BAGUETES+PARA+O+LANCHE+DA+TARDE.html>

REFERENCES

Arruda, R. F. (2015). *Fait divers, jornalismo na internet e irrelevância: estudo de notícias sobre um vestido* [undergraduate thesis, Centro Universitário de Brasília]. Repositório Institucional CEUB.

Assis, F. (2015). As duas faces de uma mesma prática: relações possíveis entre jornalismo diversional e jornalismo literário. *Conexão - Comunicação e Cultura*, 14(27), 31-36. Recuperado de <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3109>

Bak, J. S. (2011). Introduction. In J. S. Bak & B. Reynolds (Org.), *Literary Journalism Across the Globe* (pp. 1-20). University of Massachusetts Press.

Bakhtin, M. (1986). *Speech Genres and Other Late Essays*. University of Texas Press.

Benetti, M. (2020). Os leitores como comunidade discursiva. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 17(1), 182-193. DOI: 10.5007/1984-6924.2020v17n1p182

Boni, K. (2021). *Ganbare! Workshops on Dying*. Open Letter.

Carvalho, P. H. V., & Belda, F. R. (2017). Multiparcialidade, dialogia e cultura participativa como reação à pós-verdade: uma abordagem discursiva sobre o jornalismo. *Culturas Midiáticas*, 10(18), 230-245. DOI: 10.22478/ufpb.1983-5930.2017v10n1.35045

Castro, J. C. L. (2019). Da lógica editorial à lógica algorítmica da notícia. *Conexão - Comunicação e Cultura*, 18(36), 36-56. Recuperado de <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9481>

Cosson, R. (2007). *Fronteiras contaminadas. Literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 70*. Editora

Universidade de Brasília.

Eason, D. (1990). The New Journalism and the Image-World. In N. Sims (Org.), *Literary Journalism in the Twentieth Century* (pp. 191-205). Oxford University Press.

Eberwein, T. (2013). *Literarischer Journalismus. Theorie – Traditionen – Gegenwart*. Herbert von Halem Verlag.

Eco, U. (2020). *Lector in fabula*. Perspectiva.

Fish, S. (1980). *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Harvard University Press.

Genro Filho, A. (2012). *O Segredo da Pirâmide*. Insular.

Gomis, L. (1991). *Teoría del periodismo: como se forma el presente*. Paidós.

Gomis, L. (2004). Os interessados produzem e fornecem os fatos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 1(1), 102–117. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1901>

Hall, S., Chritcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (2016). A produção social das notícias: os *mugging* nos *media*. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (224 – 248). Insular.

Hartsock, J. C. (2000). *A History of American Literary Journalism*. University of Massachusetts Press.

Hartsock, J. C. (2015). *Literary Journalism and the Aesthetics of Experience*. University of Massachusetts Press.

Henriques, R. S. P. (2018). O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. *Griot*, 17(1), 256–268. DOI: 10.31977/grirfi.v17i1.796

Henriques, R. S. P. (2019). Realismo, perspectivismo e a questão da objetividade jornalística. *Princípios*, 26(50), 335–355. DOI: 10.21680/1983-2109.2019v26n50ID16241

Iser, W. (1996). *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Editora 34.

Joncw, C. C. (2005). *A participação das fontes formais na qualificação da notícia* [tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Periódicos UFMG.

Krall, H. (2005). *The Woman from Hamburg and other true stories*. Other Press.

Kuhn, T. S. (2006). *A estrutura das revoluções científicas* (9ª ed.).

Perspectiva.

Latour, B. (2000). *Ciência em Ação*. Editora Unesp.

Lehrman, S. (2008). Cops, Sports and Schools: How the News Media Frames Coverage of Genetics and Race. In B. A. Koenig, S. S. Lee & S. S. Richardson (Orgs.), *Revisiting Race in a Genomic Age* (pp. 285-303). Rutgers University Press.

Leite, M. (2025). *A ciência encantada de Jurema*. Fósforo.

Martí-Danés, A., & Sorribes, C. P. (2025). Evolución, retos y potencialidades del o de la influencer como intermediario de la comunicación política. In S. C. Heymann & R. Besalú (Org.), *Influencers y comunicación política. Rasgos, desafíos e impactor social de un nuevo ecosistema comunicativo* (pp. 15-27). Editorial UOC.

Martinez, M. (2016). *Jornalismo literário: tradição e inovação*. Insular.

Miranda, G. V. (2021). *Desafiando a desertificação da mídia: o jornalismo hiperlocal como instrumento de aproximação informativa em contraste aos desertos de notícia na Região Administrativa de Bauru* [tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional UNESP.

Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate*. Arquipélago.

Passos, M. Y. (2017). De fontes a personagens: definidores do real no jornalismo literário. In D. Soster & F. Piccinin (Orgs.), *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas* (pp. 86-97). Catarse.

Passos, M. Y., & Marchetto, A. (2020). Voices from the East: Svetlana Alexievich's and Hanna Krall's Literary Journalisms. *Recherches en Communication*, (51), 51–68. Recuperado de <https://ojs.uclouvain.be/index.php/rec/article/view/58543/54643>

Parry, R. L. (2017). *Ghosts of the Tsunami: Death and Life in Japan's Disaster Zone*. Jonathan Cape.

Pauly, J. (1990). The Politics of New Journalism. In N. Sims (Org.), *Literary Journalism in the Twentieth Century* (pp. 191-205). Oxford University Press.

Portari, R. D. L. (2020). O entretenimento como notícia no jornalismo popular. In A. Sens, C. Assis, J. Xavier, M. Esperidião, K. Miguel, S. Ruiz & S. Gadini (Org.). *Cidadania* (pp. 71-94). Ria Editorial.

Queirós, F.A.T. (2017). Entre arestas e interditos: o Jornalismo Literário como dupla ruptura epistemológica. *Vozes e Diálogo*, 16(1), 177-192. Recuperado de <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/issue/view/419>

Ritter, E. (2018). *Jornalismo Gonzo: medo, delírio, mentiras sinceras e outras verdades*. Insular.

Rodarte, A. P. V. S. T. (2025). *O pensar-fazer das jornalistas argentinas e brasileiras: os significados e percepções acerca do jornalismo feminista* [tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional UNESP.

Schmitz, A. A. (2011). *Fontes de Notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Combook.

Schramm, L. (2006). Comunidades interpretativas e estudos de recepção: das utilidades e inconveniências de um conceito. In N. Jacks & M. C. Jacob (Org.), *Mídia e recepção: televisão, cinema e publicidade* (pp. 12-31). Edufba.

Silva, M. P. (2017). Apontamentos sobre a contribuição da sociologia das formas de Franco Moretti para os estudos em jornalismo. *Matrizes*, 11(2), 207–227. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v11i2p207-227

Silva, M. P. (2014). Significância social como dimensão da noticiabilidade. In M. L. Fernandes, G. Silva & M. P. Silva (Orgs.), *Crêterios de noticiabilidade – problemas conceituais e aplicaçôes* (pp. 115 – 135). Insular.

Silva, M. P., Mourão, R. R., Vos, T. P., Antolini, M. C., & Neuls, G. S. (2025). News Characteristics, Newsworthiness and Secondary Gatekeeping in Brazil: Influences of Right-Wing Authoritarianism. *Digital Journalism*, online first, 1–20. DOI: 10.1080/21670811.2025.2558000

Sims, N. (2007). *True Stories: a century of literary journalism*. Northwestern University Press.

Sontag, S. (2020). *Contra a interpretação e outros ensaios*. Companhia das Letras.

Tavares, C. Q. (2020). A “expectativa de audiência” como valor-notícia: uma análise a partir da experiência dos jornalistas da Gazeta do Povo. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 26(3), 1145-1155. DOI: 10.5209/esmp.65342

Traquina, N. (2013). *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional* (3ª ed.). Insular.

Tuchman, G. (2016). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (74 – 90). Insular.

Underwood, D. (2013). *The Undeclared War Between Journalism and Fiction: Journalists as Genre Benders in Literary History*. Palgrave MacMillan.

Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Insular.

Veiga da Silva, M., & Moraes, F. (2021). Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In A. Timóteo, F. Mendes & W. Silva (Orgs.), *Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero* (pp. 94-109). Nepan.

Veiga da Silva, M., & Marocco, B. (2018). O feminino no “livro de repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. *Brazilian Journalism Research*, 14(1), 30–55. DOI: 10.25200/BJR.v14n1.2018.1029

Ventura, M. S., & Abib, T. (2020a). Identidade profissional, tribo jornalística e dinâmicas divergentes de produção noticiosa: a narrativa de *carreteras secundarias* de Bru Rovira. *Intexto*, (50), 263-279. DOI: 10.19132/1807-8583202050.263-279

Ventura, M. S., & Abib, T. (2020b). A reconfiguração do (des) acontecimento jornalístico em vias de mediatização. *Animus*, 19(39), 128–142. DOI: 10.5902/2175497737806

Voloshinov, V. (1973). *Marxism and the Philosophy of Language*. Seminar Press.

Wiktorowska, A. K. (2018). Literary Journalism as a Discipline in Poland: before and after Kapuściński. *Brazilian Journalism Research*, 14(3), 628-653. DOI: 10.25200/BJR.v14n3.2018.1133

Wolfe, T. (2005). *Radical chique e o Novo Jornalismo*. Companhia das Letras.

Wu, H. D. (2006). Systemic Determinants of International News Coverage: A Comparison of 38 Countries. *Journal of Communication*, 50(2), 110-130. DOI: 10.1111/j.1460-2466.2000.tb02844.x

Yang, J. (2003). Framing the NATO Air Strikes on Kosovo Across Countries. *Gazette: the International Journal for Communication Studies*, 65(3), 231-249. DOI: 10.1177/0016549203065003002

Zelizer, B. (1993). Journalists as Interpretive Communities. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(3), 219-237. DOI: 10.1080/15295039309366865

MATEUS YURI PASSOS. Membro do conselho científico da Rede de Pesquisa Narrativas Midiáticas Contemporâneas (RENAMI). Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Enunciação e Narrativas (CENA). Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp. Pesquisador da área de narrativas midiáticas, com especial interesse por jornalismo literário e quadrinhos de não ficção. E-mail: mateus.passos@gmail.com

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: o autor declara que não existem conflitos de interesse financeiros, profissionais, acadêmicos ou pessoais que possam ter influenciado os resultados ou a interpretação dos dados apresentados neste artigo.

PREPRINT: uma versão preprint desta publicação está disponível com o DOI: 10.1590/SciELOPreprints.12398